REGIME MULTILATERAL DE COMÉRCIO: REFLEXÕES SOBRE A 13ª CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC

AT: Instituições e Regimes

Dra. Silvana Schimanski

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

(*Draft paper* – 1ª versão para discussão)

Porto Alegre – RS – Brasil

REGIME MULTILATERAL DE COMÉRCIO: REFLEXÕES SOBRE A 13ª CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC

RESUMO:
O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre os resultados da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada no início de 2024, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Como principal instância decisória da organização, as Conferências Ministeriais reúnem todos os seus membros a cada dois anos para a discussão e aprovação de mecanismos de governança para os temas relacionados ao comércio internacional. Estabelecida em janeiro de 1995, a OMC é o fórum multilateral onde os governos negociam acordos, resolvem disputas comerciais e promovem um sistema para o comércio internacional orientado por princípios, normas e regras. Estabelecida em janeiro de 1995, a OMC é o fórum multilateral onde os governos negociam acordos, resolvem disputas comerciais e promovem um sistema para o comércio internacional orientado por princípios, normas e regras. A organização, que incorporou o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), de 1947, possui um conjunto de Acordos e iniciativas, fornecendo um quadro jurídico e institucional para a implementação e monitoramento dos compromissos assumidos pelos membros. O regime comercial multilateral, com a OMC no centro, foi estabelecido por meio de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores podem convergir. Atualmente, a organização conta com 166 membros e enfrenta dificuldades para alinhar as suas expectativas. Consequentemente, as negociações são caracterizadas por impasses, estagnação ou resultados escassos. Ao longo dos anos as Conferências chamam menos a atenção popular, da mídia e do meio acadêmico, reflexo das dificuldades recorrentes que enfrenta a organização, para a entrega de resultados. Este texto busca responder à seguinte pergunta: qual a contribuição da 13ª Conferência Ministerial para o Regime Multilateral do Comércio? Por meio da abordagem qualitativa, baseada em fontes primárias e secundárias, busca-se analisar a Declaração Ministerial de Abu Dhabi. A análise permite considerar que apesar de não avançar negociações de novos acordos, os membros concordaram em preservar e fortalecer regime multilateral de comércio, para responder aos desafios contemporâneos.
Palavras-chave: Comércio Internacional. Negociações Multilaterais.

ABSTRACT:
The general aim of this paper is to reflect on the results of the 13th Ministerial Conference of the World Trade Organization (WTO), held in the beginning of the year 2024 in Abu Dhabi, United Arab Emirates. As the organization's main decision-making body, Ministerial Conferences bring together all its members every two years to discuss and approve governance mechanisms for issues related to international trade. Established in January 1995, the WTO is the multilateral forum where governments negotiate agreements, resolve trade disputes and promote a system for international trade guided by principles, norms and rules. Established in January 1995, the WTO is the multilateral forum where governments negotiate agreements, resolve trade disputes and promote a system for international trade guided by principles, norms and rules. The organization, which incorporated the 1947 General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), has a set of agreements and initiatives, providing a legal and institutional framework for the implementation and monitoring of commitments made by members. The multilateral trade regime, with the WTO at its core, was established by a set of principles, norms, rules and decision-making procedures around which the expectations of the players can converge. Currently, the organization has 166 members and faces difficulties in aligning their expectations. As a result, negotiations are characterized by deadlocks, stagnation or poor results. Over the years, the Conferences have attracted less attention from the

public, the media and academia, which reflects the recurring difficulties the organization faces in delivering results. This text seeks to answer the following question: This text seeks to answer the following question: What is the contribution of the 13th Ministerial Conference to the Multilateral Trade Regime? Using a qualitative approach, based on primary and secondary sources, the aim is to analyze the Abu Dhabi Ministerial Declaration. The analysis shows that despite not moving forward with negotiations on new agreements, the members agreed to preserve and strengthen the multilateral trade regime in order to respond to contemporary challenges.
Keywords: International Trade. Multilateral Negotiations.

Introdução

O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre os resultados da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada de 26 de fevereiro a 02 de março de 2024, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. As Conferências Ministeriais são compostas por representantes de todos os Membros da organização, que se reúnem pelo menos, uma vez a cada dois anos. Sua relevância se dá por ser o espaço com autoridade para tomada de decisões sobre todos os assuntos relacionados aos Acordos Comerciais no âmbito da organização, bem como, sobre aprovações de novas propostas de acordos ou encaminhamentos gerais.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma organização internacional governamental, estabelecida em 1995, que tem como fundamento consolidar as discussões sobre instrumentos de política relacionados à promoção da liberalização comércio internacional. Seu principal objetivo é promover o livre comércio, por meio de rodadas de negociações entre os seus Membros (atualmente 166).

A organização é orientada por um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos para a tomada de decisão, cujas origens remontam à década de quarenta, quando foi estabelecido o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade* - GATT, 1947). O GATT 47 foi um tratado internacional que até os anos 1980, orientou o comportamento de seus signatários, sendo posteriormente reformulado e incorporado às bases legais da OMC, quando do seu estabelecimento. A proposta de criação da OMC ocorreu no contexto da Rodada Uruguai (1986-1994), pelo Acordo de Marraqueche (WTO, 1994).

Nos anos subsequentes ao estabelecimento da OMC, as Conferências Ministeriais, e mesmo, as dinâmicas prévias às Conferências, eram acompanhadas com atenção pela sociedade, de uma forma geral. Atualmente, o tema desperta menor atenção em razão dos desafios que a organização vem enfrentando em seus principais pilares, entre os quais: i) no pilar negociador de novas normas e regras ou reformas nas regras multilaterais existentes; ii) pilar de solução de controvérsias sobre os

instrumentos vigentes; iii) pilar de monitoramento da adequação das políticas comerciais dos membros.

Portanto, busca-se refletir sobre os resultados da 13ª Conferência Ministerial, realizada no ano de 2024, ano que marca o 30º aniversário da organização, refletindo sobre os seus resultados no contexto do regime multilateral de comércio. Para responder à pergunta norteadora - qual a contribuição da 13ª Conferência Ministerial para o Regime Multilateral do Comércio? - a análise de conteúdo foi a técnica utilizada sobre as fontes primárias e secundárias consultadas.

Desafios do Regime Multilateral de Comércio

Os Regimes são entendidos no contexto da existência de regras formais ou informais que orientam o comportamento dos atores. São estabelecidos quando os Estados concordam sobre o potencial das suas contribuições para a resolução de problemas os quais não são capazes de resolver sozinhos; ou quando os ganhos da cooperação são maiores. Sendo assim, a institucionalização acontece quando a conduta dos atores passa a ser moldada ou influenciada pela existência de uma instituição.

A OMC foi estabelecida sobre um conjunto de princípios que tem orientado todo o seu funcionamento. Basicamente, suas três funções principais - guiar negociações, resolver disputas comerciais e promover a transparência e o monitoramento - enfrentam desafios significativos.

O pilar negociador sofre com as dificuldades impostas para entregar avanços desde a Rodada Doha (2001). A agenda negociadora ampla, tem avançado a passos lentos, por meio de “colheitas antecipadas” e parciais.

O pilar de Solução de Controvérsias foi considerado como um dos mecanismos internacionais de solução de controvérsias mais bem-sucedidos. O acúmulo de precedentes no âmbito dos painéis e do Órgão de Apelação esclareceu as dispositivos dos acordos e aumentou a estabilidade e a previsibilidade do comércio internacional no âmbito da OMC. No entanto, esse sistema começou a demonstrar sinais crescentes de fadiga institucional até que, em 2019, foi paralisado em razão da oposição dos Estados Unidos à nomeação de novos árbitros, justificando a justificando a ação com críticas ao “excesso de autoridade” do órgão.

O pilar de transparência e monitoramento é gerenciado pelas regras do Mecanismo de Revisão de Política Comercial da Organização Mundial do Comércio (TPRM), considerado um meio para a promoção de transparência e de entendimentos sobre políticas e práticas comerciais adotadas pelos Membros da Organização.

Recentemente, tem sido comuns reclamações dos Membros sobre a falta de notificação de alguns membros, acerca das medidas de política comercial adotadas.

Os desafios contemporâneos enfrentados pelo Regime Multilateral de Comércio tem raízes profundas. Ao mesmo tempo, vêm sendo acirrados por mudanças significativas do século XXI. Portanto, acompanhar o diálogos dos Membros nos espaços decisórios e propostas sobre as quais as expectativas dos atores possam convergir, é relevante para uma agenda de pesquisa sobre a instituição.

Conferência Ministerial de Abu Dhabi

As Conferências Ministeriais da OMC são marcantes em termos de política internacional, pois são o espaço no qual os acordos firmados passam a regular a liberdade estatal sobre política comercial. Com os desafios sobre o pilar negociador, os Acordos Multilaterais aprovados mais recentemente foram o Acordo de Facilitação de Comércio (2013), na Conferência Ministerial de Bali e o Acordo sobre os Subsídios à Pesca (2022), na Conferência Ministerial de Genebra.

A Conferência Ministerial de Abu Dhabi, realizada no ano de 2024, foi realizada no marco do trigésimo aniversário da OMC, com a participação de delegações chefiadas por Ministros de Estado e servidores que atuam em setores específicos. Um dos grandes temas da reunião, presentes desde as discussões preparatórias, foi o próprio funcionamento do sistema de comércio multilateral em razão dos desafios que vem enfrentando. A Figura 1 ilustra a imagem da mesa de abertura da Conferência, com a presença da atual Diretora Geral, Dra. Ngozi Okonjo-Iweala.

Figura 1: Mesa da Sessão de Abertura
Fonte: WTO, 2024.

A pauta da Conferência não foi muito ambiciosa, uma vez que foram levados para a discussão temas menos profundos, como a aprovação da acessão de dois novos Membros (Comores e Timor Leste), um *draft* de Acordo Plurilateral sobre Facilitação de Investimentos (apoiado por 123 Membros) (WTO, 2024), questões de taxação sobre o comércio eletrônico, propostas sobre agricultura e segurança alimentar.

Vale notar que países emergentes que têm se articulado no cenário internacional em outras formas de coordenação, como é o caso dos BRICS, na OMC se manifestam individualmente e não como grupo. Na sequência, são apresentados fragmentos extraídos dos discursos dos representantes de cada país, na abertura da Conferência que identificam as prioridades de cada um desses Membros com relação à OMC:

O Brasil, por exemplo, vocalizou abertamente a sua demanda histórica sobre os desafios relacionados à maior liberalização das políticas agrícolas, além de defender a restauração do Sistema de Solução de Controvérsias:

> Há quase dois anos, na MC12, com o trabalho de todos os membros da OMC, conseguimos obter resultados concretos. No entanto, não conseguimos enfrentar **os desafios mais críticos da OMC: a necessidade de modernizar as reformas; a paralisia do Órgão de Solução de Controvérsias; e a incapacidade de longa data de produzir resultados nas questões prioritárias dos países em desenvolvimento**. O Brasil, como país em desenvolvimento, busca uma OMC fortalecida e modernizada que integre plenamente em sua agenda a perspectiva do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: ambiental, econômica e social. [...] Para atingir esse objetivo, é fundamental contar com um sistema multilateral de comércio renovado. Nesse sentido, a OMC precisa estar pronta para lidar com um cenário global em rápida mudança, ao mesmo tempo em que é capaz de abordar questões de amplo impacto econômico e social que têm sido sistematicamente deixadas para trás, como a agricultura. Essa é a mais antiga promessa não cumprida dessa Organização [...] É fundamental que a OMC restaure o pleno funcionamento do Sistema de Solução de Controvérsias. (WTO, 2024, n.p. tradução livre)[1].

A Federação Russa enfatiza a importância das regras multilaterais ao comércio, da acessão dos novos Membros e do papel da OMC no contexto contemporâneo,

[1] Do original: "Nearly two years ago, at MC12, through the work of all WTO Members, we were able to achieve concrete results. However, we fell short of addressing WTO's most critical challenges: the need for modernizing reforms; the paralysis of the Dispute Settlement Body; and a long-standing failure to deliver results on the priority issues of developing countries. Brazil, as a developing country itself, seeks a strengthened and modernized WTO that fully integrates into its agenda the perspective of sustainable development in its three dimensions: environmental, economic and social. […] To achieve this goal, it is fundamental to count on a renewed multilateral trading system. In this regard, WTO needs to be ready to deal with a rapidly changing global landscape, while being able to address issues of broad economic and social impact that have been systematically left behind, such as agriculture. […] This is the oldest unfulfilled promise of this Organization.[…] It is crucial for the WTO to restore the full functioning of the Dispute Settlement System."

destacando a necessidade de atentar aos novos desafios como a bio-engenharia e Inteligência Artificial.

> […] No entanto, somos muito menos otimistas em relação à situação de muitos outros aspectos da OMC. A OMC está sendo envenenada por tentativas persistentes de alguns membros de politizar as atividades de seus órgãos de trabalho. Esses membros burlam as regras da OMC, liberando o protecionismo e priorizando o unilateralismo. Isso dificilmente pode ser considerado um bom exemplo. Esse comportamento inadequado prejudica o bem-estar global e as perspectivas de desenvolvimento. **Ele nos impede de avançar na tão necessária reforma da OMC [...] A OMC deve manter uma estrutura robusta que permita que todos nós tenhamos certeza de que as regras sejam obedecidas, e não sejamos testemunhas silenciosas de que as regras estão simplesmente desmoronando**. Não devemos ceder à tentação de pensar que o estado atual do sistema de solução de controvérsias é o nosso novo normal, especialmente quando o direito de apelação é abusado, apelando para o vazio. (WTO, 2024, n.p. tradução livre)[2]

A Índia, por sua vez, apesar de não mencionar agricultura de forma ampla, destaca a sua preocupação prioritária com a segurança alimentar, agricultura e pesca de subsistência. Manifesta claramente sua oposição à negociação de temas que vêm sendo estudados por Grupos Informais, considerando que tais discussões já são realizadas em outros espaços.

> Excelências, permitam-me enfatizar que, para a Índia, o desenvolvimento representa a luta contra a fome e a subnutrição, a elevação das massas pobres e em dificuldades, garantindo retornos razoáveis para os agricultores e pescadores de baixa renda e pobres em recursos. Volto a enfatizar que a agenda de desenvolvimento permaneceria incompleta sem uma solução permanente para o estoque público (PSH) para fins de segurança alimentar, o que está diretamente relacionado à realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de Fome Zero até 2030. Essa tem sido e continua sendo uma questão pendente há muito tempo, desde as últimas décadas […].**Qualquer discussão sobre a reforma da OMC deve incorporar o desenvolvimento em seu núcleo, a ser decidido por meio de um processo preciso, transparente e inclusivo, defendendo os princípios e objetivos básicos da OMC, especialmente a tomada de decisões baseada em consenso e S&DT**. Além disso, a OMC não deve negociar regras sobre assuntos não relacionados ao comércio,

[2] Do original: "[…] However, we are a lot less optimistic in respect of the state of affairs in many other aspects of our WTO household. The WTO is being poisoned by persistent attempts by certain Members to politicize activities of its working bodies. Such Members circumvent WTO rules unleashing protectionism and prioritizing unilateralism. That can hardly be called a good example. Such misbehavior undermines the global welfare and development prospects. It prevents us from advancing in the so needed WTO reform.[…] The WTO should maintain a robust framework that allows all of us to be sure that the rules are obeyed, and not be silent witnesses to the rules merely falling apart. We should not give into temptation of thinking that the current state of the dispute settlement system is our new normal, especially when the right to appeal is abused by appealing into the void."

> como mudança climática, gênero, trabalho, etc., mas esses assuntos devem ser tratados nas respectivas organizações intergovernamentais.(WTO, 2024, n.p. tradução livre)[3].

A China, tendo completado o seu processo de acessão à OMC nos anos 2000, tem sido defensora da organização multilateral, propondo ativamente aspectos considerados prioritários. Coincide com India quanto à centralidade dos aspectos relacionados ao desenvolvimento, além de considerar prioritários os temas como serviços digitais e economia verde. Em um dos trechos do discurso do Embaixador:

> O mundo em que vivemos enfrenta uma lenta recuperação econômica, um crescimento comercial lento e a intensificação de desafios globais, como crises alimentares, mudanças climáticas e divisões no desenvolvimento. A globalização econômica chegou a uma encruzilhada. A OMC é, como destacou o Presidente Xi Jinping, um dos principais pilares do multilateralismo e uma importante plataforma para a governança econômica global. Depende de todos nós responder à pergunta: "Que soluções a OMC pode oferecer?" Aqui, gostaria de compartilhar com vocês três observações. 1 1. A OMC precisa promover uma globalização econômica universalmente benéfica e inclusiva: Para isso, a OMC precisa fazer o seguinte: Primeiro, precisa colocar o desenvolvimento no centro de sua agenda, oferecer espaço político para os membros em desenvolvimento e contribuir para a transição suave dos países que estão saindo da lista de LDCs. Em segundo lugar, precisa restaurar um sistema de solução de controvérsias que funcione plenamente e bem, para proteger o direito dos Membros de defender seus próprios interesses. Terceiro, precisa avançar nas negociações sobre tópicos como agricultura, segurança alimentar e subsídios à pesca, para proteger a subsistência de pequenos agricultores e pescadores artesanais. Em quarto lugar, é preciso avançar no trabalho de adesão em andamento e ajudar os membros em desenvolvimento a se integrarem à globalização econômica. Em quinto lugar, precisa ficar de olho em como as interrupções nas cadeias industriais e de suprimentos afetam os Membros em desenvolvimento e aumentar a estabilidade e a resiliência das cadeias industriais e de suprimentos globais. (WTO, 2024, n.p. tradução livre)[4]

---

[3] Do Original: "Excellencies, let me emphasize that for India, development stands for fight against hunger and undernourishment, upliftment of the poor and distressed masses, ensuring reasonable returns for low income and resource poor farmers and fishers. I re-emphasize that the development agenda would remain incomplete without a permanent solution on Public Stockholding (PSH) for food security purposes which is directly related to achieving Sustainable Development Goal of Zero Hunger by 2030. This has been and continues to be a long-pending issue since the last few decades […] Any discussion on reforming WTO must incorporate development at its core, to be decided through a precise, transparent and inclusive process, upholding the basic principles and objectives of WTO, particularly consensus-based decision making and S&DT. Further, WTO should not negotiate rules on non-trade related subjects like climate change, gender, labor etc. rather they should be addressed in respective intergovernmental organizations."

[4] Do original: ""The world we live in is confronted by slow economic recovery, sluggish trade growth, and intensifying global challenges such as food crises, climate change and development divides. Economic globalization has come to a crossroad. The WTO is, as President Xi Jinping pointed out, a major pillar of multilateralism and an important platform for global economic governance. It depends on us all to answer the question, "What solutions can the WTO offer?"

A partir dos discursos da abertura, o tom do texto da Declaração Ministerial de Abu Dahbi foi colocado. O interessante é notar que países desenvolvidos também explicitaram a concordância sobre a necessidade da reforma da OMC, como nesse trecho do discurso da Ministra dos Estados Unidos:

> O mundo está muito diferente de quando a OMC foi criada. Seus membros também são diferentes hoje. [...] Somos um grupo diversificado de economias e estamos enfrentando novos desafios - como o agravamento da crise climática, a rápida mudança tecnológica e o aumento da desigualdade. Mas também temos a chance de aproveitar novas oportunidades, juntos. Usar o comércio como uma força para o bem. Para garantir que os benefícios do comércio cheguem a mais pessoas. Para adaptar, modernizar e reformar a OMC para melhor. [...] Esta semana é uma oportunidade para fazermos um balanço de onde estamos e traçarmos juntos um caminho futuro. E sabemos que temos mais trabalho a fazer em várias áreas. Isso inclui a reconstrução da capacidade da OMC de negociar novas regras para os novos desafios que enfrentamos, como lidar com as enormes interrupções causadas por políticas e práticas que não são de mercado e refletir melhor os interesses de nossos trabalhadores. Isso também inclui a reforma da solução de controvérsias, em que o objetivo não é apenas voltar a ser como era antes, mas sim proporcionar confiança de que o sistema é justo e permitir que os membros resolvam melhor suas controvérsias. Como base de tudo isso, precisamos restaurar a transparência como uma norma significativa na OMC. (WTO, 2024, n.p, tradução livre)[5]

Here, let me share with you three observations. 1 1. The WTO needs to advance a universally beneficial and inclusive economic globalization: To that end, the WTO needs to do the following: First, it needs to put development at the core of its agenda, provide policy space for developing Members, and contribute to the smooth transition of countries graduating from the list of LDCs. Second, it needs to restore a fully- and well-functioning dispute settlement system, to safeguard Members' right to defend their own interests. Third, it needs to advance negotiations on topics such as agriculture, food security and fisheries subsidies, to protect the livelihood of small-scale farmers and artisanal fishermen. Fourth, it needs to advance ongoing accessions work, and help developing Members integrate into economic globalization. Fifth, it needs to keep an eye on how industrial and supply chain disruptions impact developing Members,and enhance stability and resilience of global industrial and supply chains."

[5] Do original: "The world is vastly different from when the WTO was created. Its membership also looks different today. […] We are a diverse group of economies, and we are facing new challenges – like a worsening climate crisis, rapid technological change, and widening inequality. But we also have the chance to seize new opportunities, together. To use trade as a force for good. To ensure that the benefits of trade reach more people. To adapt, modernize, and reform the WTO for the better. […] This week is an opportunity for us to take stock of where we are and chart a future path together. And we know that we have more work to do in several areas. That includes rebuilding the WTO's ability to negotiate new rules for the new challenges that we face, such as addressing the massive disruptions from non-market policies and practices and reflecting better the interests of our workers. That also includes dispute settlement reform, where the goal is not just to go back to the way things used to be, but rather to provide confidence that the system is fair and to better allow Members to settle their disputes. Underpinning all of this, we need to restore transparency as a meaningful norm at the WTO."

A Conferência finalizou com a aprovação do Acordo de Facilitação de Investimentos (AFI) (plurilateral), que visa criar um ambiente de negócios mais transparente e previsível, especialmente para países em desenvolvimento e várias declarações e encaminhamentos para temas específicos.

No texto da Declaração Ministerial firmada no final da reunião, merecem destaque dois parágrafos, que mencionam o compromisso para avançar na proposta de reforma da OMC em si:

> 4. Reafirmamos nosso compromisso assumido em nossa Décima Segunda Sessão de trabalhar em prol da reforma necessária da OMC para aprimorar todas as suas funções e reconhecemos o progresso alcançado nesse sentido. Observamos e valorizamos o trabalho realizado até o momento para aprimorar o funcionamento diário dos Conselhos, Comitês e Grupos de Negociação da OMC com o objetivo de aumentar a eficiência e a eficácia da OMC e facilitar a participação dos Membros no trabalho da OMC.1 Instruímos o Conselho Geral e seus órgãos subsidiários a continuarem a realizar esse trabalho e a relatar o progresso, conforme apropriado, à próxima Conferência Ministerial. 5. Decidimos preservar e fortalecer a capacidade do sistema de comércio multilateral, com a OMC em seu núcleo, para fornecer um impulso significativo para responder aos desafios comerciais atuais, aproveitar as oportunidades disponíveis e garantir o funcionamento adequado da OMC. (WTO, 2024, n.p.)[6]

As propostas sobre uma eventual reforma, embora não sejam recentes, ganharam mais espaço nos últimos anos (Schimanski, 2022). Existe um relatório circulando com o estado das propostas e discussões coletadas desde a 12ª Conferência Ministerial, de junho 2022 (WT/MIN(24)/7/Rev.1.).

Além do texto acima mencionado, também foi aprovada a Decisão Ministerial sobre a Reforma do Mecanismo de Solução de Controvérsias. (WT/MIN(24)/37 – WT/L/1192). Igualmente, desde a última Conferência Ministerial, os ministros reconheceram a urgência de abordar os desafios e as preocupações relacionadas ao sistema de solução de controvérsias da OMC. A Decisão Ministerial instrui os facilitadores a acelerar suas discussões de forma inclusiva. Os Ministros também renovaram seu compromisso de continuar trabalhando em questões não resolvidas,

---

[6] Do original; “4. We reaffirm our commitment made at our Twelfth Session to work towards necessary reform of the WTO to improve all its functions and acknowledge the progress made in this regard. We note and value the work done to date to improve the daily functioning of WTO Councils, Committees and Negotiating Groups with a view to enhancing the WTO's efficiency, effectiveness, and facilitation of Members' participation in WTO work.1 We instruct the General Council and its subsidiary bodies to continue to conduct this work and report progress as appropriate to the next Ministerial Conference. 5. We resolve to preserve and strengthen the ability of the multilateral trading system, with the WTO at its core, to provide meaningful impetus to respond to current trade challenges, take advantage of available opportunities, and ensure the WTO's proper functioning.”

incluindo um mecanismo de apelação/revisão, e de atingir o objetivo de ter um sistema de solução de controvérsias completo e em bom funcionamento e acessível a todos.

Tais reformas abrem uma janela de oportunidade para pesquisadores interessados em temas de dinâmicas negociadoras e reforma institucional. Considerando que os dois principais pilares do Regime Multilateral de Comércio poderão passar por reformas, vale o esforço de observar como tais dinâmicas ocorrerão.

Considerações finais

Este texto teve como objetivo refletir sobre as contribuições da 13ª Conferência Ministerial da OMC para o Regime Multilateral de Comércio, situando-a no contexto mais amplo dos desafios e transformações enfrentados pelo sistema no seu trigésimo aniversário. Os resultados destacam que, embora a Conferência não tenha avançado em aspectos muito profundos, marcou um momento significativo para reafirmar o compromisso dos Membros com os princípios de cooperação comercial em meio ao crescente nacionalismo econômico e à complexa dinâmica geopolítica.

Além disso, as discussões da conferência sobre políticas comerciais inclusivas refletem um reconhecimento cada vez maior da necessidade de avançar em soluções para os desequilíbrios nos diferentes temas já sob o escopo da OMC, bem como, conciliar expectativas dos Membros sobre como lidar com a transversalidade do comércio internacional.

Embora seja muito cedo para avaliar totalmente o impacto de longo prazo dessas iniciativas, a 13ª Conferência Ministerial parece ter apelado para revigorar o diálogo construtivo entre os Membros, sobre a necessidade de reforma da OMC. Pesquisas futuras devem acompanhar a implementação das resoluções da conferência, mas especialmente, como serão conduzidas as propostas à reforma do Sistema de Solução de Controvérsias e da própria OMC.

Referências

KRASNER, Stephen. **Structural causes and Regime Consequences: Regimes as intervening variables.** IN: KRASNER. Stephen (Ed). *International Regimes*. Ithaca, NY e Londres: Cornell University Press, 1983.

SCHIMANSKI, Silvana. Reshaping the WTO: the context of the diagnostic phase. In. Pennaforte, Charles Pereira (Ed). **The World System in transition: a panoramic view.** Pelotas: UFPel, 2022. Disponível em:http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8538 . Acesso em 04 abr. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. **Marrakesh Agreement Establishing the World Trade Organization.** 1994. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/04-wto_e.htm . . Acesso em 08 nov. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. WTO reform. Disponível em:https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/mc13_e/briefing_notes_e/reform_e.htm . Acesso em 04 abr. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. Abu Dhabi Ministerial Declaration. WT/MIN(24)/DEC. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN24/DEC.pdf&Open=True . Acesso em 04 abr. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. Statement by H.E. Mr Mauro Vieira Minister Of External Relations. WT/MIN(24)/ST/105. 26 February 2024. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN24/ST105.pdf&Open=True . Acesso em 08 nov. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. Statement by H.E. Mr Piyush Goyal Minister Of Commerce And Industry. WT/MIN(24)/ST/123. 26 February 2024. Disponível em https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN24/ST123.pdf&Open=True . Acesso em 08 nov. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. Statement By H.E. Mr Maxim Reshetnikov Minister Of Economic Development. WT/MIN(24)/ST/78. 26 February 2024. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN24/ST78.pdf&Open=True . Acesso em 08 nov. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. Statement by H.E. Mr Wang Wentao - Minister of Commerce. WT/MIN(24)/ST/1. 26 February 2024 https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN24/ST1.pdf&Open=True . Acesso em 08 nov. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. Draft Ministerial Decision on Adding The Investment Facilitation For Development Agreement To Annex 4 Of The WTO Agreement. WT/MIN(24)/W/25. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN24/W25.pdf&Open=True . Acesso em 08 nov. 2024.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. Statement by H.E. Ms Katherine Tai - United States Trade Representative WT/MIN(24)/ST/67 26. February 2024. Disponível em:https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN24/ST67.pdf&Open=True . Acesso em 08 nov. 2024.